

# *Perrupato acha que sociedade não deve pagar navio*

“Uma solução que represente o menor prejuízo para a sociedade” — é o que busca o Secretário-Geral do Ministério dos Transportes e presidente do Conselho Diretor do Fundo de Marinha Mercante, Marcelo Perrupato, ao tentar resolver o problema dos industriais da construção naval envolvidos no caso **Sunamam** e dos armadores beneficiados pela moratória dada aos navios graneleiros.

— Dos sete estaleiros que tiveram suas contas examinadas, estamos com, praticamente, cinco casos resolvidos. Isso indica que o caminho seguido era bom — afirma Marcelo Perrupato. Ele espera que nos próximos dias a Ishikawajima do Brasil Estaleiros S/A acerte suas contas com o Fundo de Marinha Mercante, equiparando-se aos estaleiros Verolme, Caneco, Mac Laren e Ebin, reduzindo o “caso Sunamam” a duas empresas: Emaq e Mauá.

Quanto aos donos dos 30 navios graneleiros que, há 30 meses, não pagam as prestações dos financiamentos concedidos pelo Fundo de Marinha Mercante, Marcelo Perrupato disse que deverão se enquadrar nas novas condições — 18 anos de prazo e juros de 4% — ou devolver os barcos. “Os armadores não falam mais em perdão da dívida” — acrescentou o Secretário-Geral do Ministério dos Transportes, lembrando que a soma desses compromissos é da ordem de 300 milhões de dólares (Cr\$ 1 trilhão 800 bilhões), pouco mais da metade do montante dos recursos envolvidos no caso dos estaleiros, de 580 milhões de dólares (Cr\$ 3 trilhões 480 bilhões).

Os graneleiros em moratória pertencem à Companhia Brasileira de Transporte de Granéis (oito), Frota Oceânica e Frota Amazônica (oito), Aliança (cinco), Lloyd Brasileiro (quatro) e Mercantil (um). Atualmente um desses navios, de 35 mil toneladas de porte bruto, tem custo diário em torno de 8/9 mil dólares, mas só fatura 4/5 mil dólares, deixando um prejuízo de 3 mil a 5 mil dólares/dia. A questão em exame, entre os empresários e o Fundo de Marinha Mercante, é saber quem vai pagar a diferença: os armadores querem aumento no frete de importação, mas o Governo oferece melhores condições no financiamento.